



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

A PARTICIPAÇÃO DA ARGENTINA NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Fábio Lima¹; Lisandra Pereira Lamoso²

UFGD/FCH – Caixa Postal 364, 79.804-970 – Dourados – MS, E-mail: fabio_lima42@hotmail.com

¹ Bolsista de Iniciação Científica da UFGD. ² Orientadora, Professora FCH, Bolsista PQ CNPq.

RESUMO

No ano de 2013, a Argentina apresentou-se como a terceira principal parceira comercial dos produtos brasileiros, em valores de exportação, e também importação. Os desafios realizados em âmbito do Mercosul tendem a refletir nesses resultados, principalmente com maior intercâmbio de produtos manufaturados, sendo absorvidos, sobretudo, no setor automobilístico. Esta aproximação nem sempre foi promissora como verificada atualmente. Pode ser considerada fruto de uma longa e histórica relação bilateral, intensificada nos últimos anos da década de 80, entre os presidentes Alfonsín (Argentina) e Sarney (Brasil), com a consolidação efetiva e desencadeando a criação do Mercosul, em 1991.

Palavras-chave: Paradiplomacia, integração regional, comércio exterior.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Argentina tem se caracterizado como a principal parceira comercial do Brasil no Mercosul e um dos principais destinos da produção manufaturada brasileira. Apresenta um intercâmbio comercial configurando-se como o terceiro principal destino das exportações brasileiras, desde o ano de 2009 até o ano de 2013, perdendo apenas para China e Estados Unidos, primeiro e segundo lugar respectivamente. Para a Argentina, no ano de 2012, o Brasil apresentou-se como principal parceiro

econômico, cerca de 20% do total de suas exportações tiveram como destino o Brasil, seguidos da União Europeia (27 países) 15% e do Chile absorvendo 6% do total.

A intensificação do Mercosul tende a influenciar nestes resultados. Neste trabalho, buscaremos evidências de como a proximidade geográfica entre esses dois países banhados pela bacia hidrográfica do Prata (Brasil-Argentina), refletem diretamente na integração regional consolidando relações comerciais positivas para os dois países, além de conhecer as possibilidades que o comércio pode abrir para a paradiplomacia.

METODOLOGIA

Dados foram extraídos do site da Organização Mundial do Comércio (OMC), a fim de interpretar a posição atual da Argentina na economia global, disponíveis em www.wto.org. O período analisado foi de 2000-2013. Os dados das exportações e importações por produtos foram extraídos da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), disponíveis em <http://www.mdic.gov.br>. Os dados estão apresentados em milhões de dólares FOB. Detalhamento da pauta exportadora e importadora brasileira, incluindo a descrição dos principais produtos responsáveis pelo intercâmbio comercial entre esses dois países pesquisados, foram extraídos do portal AliceWeb2, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), disponíveis em www.aliceweb2.mdic.gov.br, mediante cadastro.

1. Comércio realizado entre Brasil e Argentina

No início dos anos 90, os dois governos de Brasil e Argentina, reuniram-se para tratar de acordos bilaterais correspondentes com a integração comercial, para acelerarem o processo de cooperação e anteciparem o estabelecimento do mercado comum entre os dois, para o final do ano de 1994. Na sequência, foi firmado o Acordo de Complementação Econômica (ACE-14), determinando a redução gradual das tarifas alfandegárias, até sua completa extinção. Comungando com os ideais neoliberais, ambos os governos federais abandonaram a ideia de acordos setoriais, preferindo reforçar a abertura dos mercados e a livre competição entre os dois países. Essas decisões foram, em grande medida, a base para constituição do Mercosul, estabelecido no Tratado de Assunção no ano de 1991, sendo o marco de um conjunto de medidas e acordos bilaterais

efetuados, sobretudo, por decisões dos governos de Brasil e Argentina (MAGNOLI; ARAUJO, 1998).

Dentre alguns dos problemas evidenciados pela implantação do Mercosul, podemos elencar como um obstáculo a essa efetivação do mercado comum é a definição da Tarifa Externa Comum (TEC), que funciona como um elemento essencial no Bloco. A TEC representa uma garantia de condições iguais de concorrência entre os parceiros. A sua existência impediria que um dos países membros importasse, a custos baixos, determinados insumos, obtendo custos de produção artificialmente menores e vantagens comerciais indevidas (MAGNOLI; ARAUJO, 1998).

Os autores Azevedo e Massuquetti (2009), advertem que “o comércio intrabloco deveria estar imune a tarifas de importação e as tarifas aplicadas em importação de países de fora do bloco convergiram para uma Tarifa Externa Comum (TEC)”.

A redução da tarifa média de importações teve papel importante no processo de liberalização comercial nos países da América Latina [...] O Brasil foi o país que promoveu o maior corte nas tarifas de importação, passando de uma média de 55%, em 1985, para 12,8, em 1994. (AZEVEDO; MASSUQUETTI, 2009)

Podemos afirmar que, com a crescente redução das tarifas de importação, iniciada pelos países membros do Mercosul após os anos 1980 e depois com a consolidação do bloco econômico, sendo que os países já vinham praticando a redução de tarifas, estimulando os acordos provindos da TEC.

La situación actual del sistema regional con el objetivo del mercado común con libre movilidad de bienes y de factores de la producción y un arancel externo común (AEC) frente al resto del mundo y, a partir de allí, la marcha hacia la plena unión económica y monetaria. [...] Desde esta perspectiva, el Mercosur ha fracasado porque no ha logrado cumplir los requisitos de la existencia de un mercado común. La aplicación del AEC registra múltiples excepciones (perforaciones), los países no han internalizado las normas comunitarias en sus ordenamientos internos y aplican normas propias de una zona de libre comercio (como las reglas de origen). (FERRER, 2007. p. 147-148)

A cooperação comercial entre esses dois países, como podemos notar com a implantação da TEC nos marcos legais de em modelo de integração regional, refletem tensões e conflitos de interesse porém, existem reflexos positivos que valem ser ressaltados. Um exemplo da efetivação do mercado comum com a implantação da TEC,

está na produção automobilística reservando os espaços geográficos para uma melhora de seus ganhos pela elaboração de vantagens comparativas. O comércio intrafirma se aproveita de vantagens competitivas dos dois países para reestruturarem suas unidades produtivas, aumentando a competitividade em relação a produtos automobilísticos que são importados de outros países de fora do bloco do Mercosul. Podemos considerar que as empresas automobilísticas, no estágio da produção flexível pós-fordista se valem dos acordos embora tenham sido motivo de constantes insatisfações nos últimos anos. Ainda assim, tem ocorrido importação/exportação de vários componentes básicos da fabricação como: freios, faróis, pneus, caixas de câmbio, motores, entre outros.

A Tabela 1 apresenta a participação da Argentina no total do comércio exterior brasileiro no ano de 2013. Nos dados, podemos constatar a expressão da categoria "automóveis e acessórios", com 53,35% do total. É nesse setor que a política de intercâmbio deve avançar, visto seu peso na balança comercial entre os dois países.

Tabela 1: A participação da Argentina no comércio exterior do Brasil em 2013

Produtos Exportados	US\$ FOB	%
Automóveis e acessórios	10.464.750.600	53,35
Minérios de ferro	907.295.016	4,63
Laminas e perfis de ferro/aço	403.595.404	2,06
Papel	395.732.791	2,02
Polietileno e seus derivados	315.463.046	1,61
Demais	7.128.577.585	36,34

Fonte:MDIC

Elaborada pelos autores

O comércio de produtos automobilísticos intenso tem início em meados da década de 1990, de incentivos fiscais, acordos econômicos como de dezembro de 1990, Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº14, adotado posteriormente com a criação do Mercosul. A expressão do automobilístico pode ser comprovado na Tabela 2, sendo quase metade das importações advindas da Argentina representadas pelo setor automobilístico.

Tabela 2: A participação da Argentina no comércio exterior do Brasil em 2013

Produtos importados	US\$ FOB	%
Automóveis e acessórios	7.631.371.271	46,36
Trigo e derivados	952.257.537	5,78
Naftas p/ petroquímica	552.460.723	3,36
Batata	222.571.091	1,53
Malte	246.964.316	1,5
Demais	6.857.043.167	41,65

Fonte:MDIC

Elaborada pelos autores

Esse fluxo comercial derivado do setor automobilístico é exemplar das observações apontadas por Chesnais (1996) sobre a influência das multinacionais na integração comercial. Segundo o autor,

Onde o comércio liberado aparentemente teve efeito integrador, os verdadeiros agentes do processo são sobretudo as multinacionais, às quais a liberalização permitiu organizar como desejavam o trabalho de suas filiais e suas relações de terceirização. (CHESNAIS, 1996, p.211).

A indústria automobilística comprova a tese de Chesnais sobre o peso das multinacionais no comércio que integra Brasil e Argentina. As estratégias das corporações, que impõe seu “poder de mando” no território, expressão de Santos (1994).

Através da teoria liberal de Adam Smith, o que caracterizava a primeira fase do liberalismo econômico era o imperialismo dos países hegemônicos, com a vinda de matérias primas das colônias africanas, americanas, asiáticas e pelo envio de produtos manufaturados pelas potências da época, num sistema de trocas desiguais. O que caracteriza a segunda fase do liberalismo é mundialização do capital, com as multinacionais tendo sua expressão aumentada geografia mundial.

Reunimos na Tabela 3, uma relação das nove principais empresas exportadoras do Brasil para Argentina no ano de 2003. O MDIC apresenta dados agrupados e nós recortamos a maior faixa, que é a superior a 50 milhões de dólares FOB. Constatamos a participação de empresas multinacionais que atuam no setor automobilístico (Renault, Peugeot-citroen, fiat, ford, Volkswagen e Toyota) com fortes evidências de comércio intra-firma.

TABELA 3 - Principais empresas localizadas no Brasil que exportaram acima de US\$ 50 milhões FOB para a Argentina em 2013

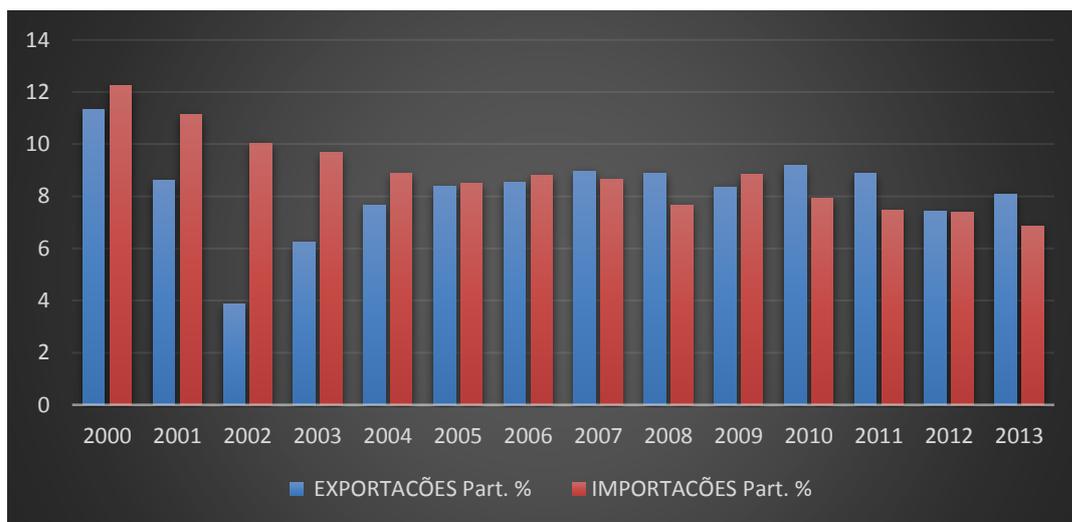
Empresa	Município	UF
RENAULT	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR
PEUGEOT-CITROEN	PORTO REAL	RJ
FIAT	BETIM	MG
FORD	CAMACARI	BA
VOLKSWAGEN	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP
TOYOTA	INDAIATUBA	SP
PETROBRAS	SAO FRANCISCO DO CONDE	BA
VALE S.A.	VITORIA	ES
MINERACAO CORUMBAENSE	CORUMBA	MS

Fonte:MDIC

Elaborada pelos autores

Verificam-se outros setores industriais neste processo de integração regional, como o setor petroquímico representado pela empresa Petrobras e o setor de mineração exercido pela Mineração Corumbaense, devido a possibilidade de escoamento de minério de ferro através do rio Paraguai, do minério extraído no município de Corumbá-MS.

Figura 1 - Participação da Argentina no total geral do comércio mundial do Brasil (2000-2013)



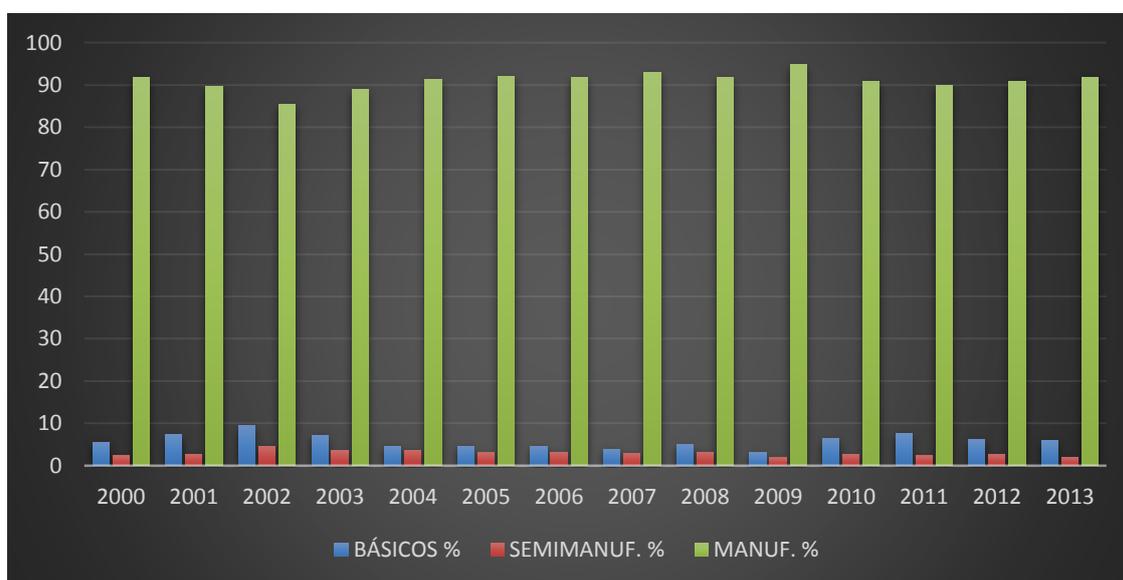
Fonte:MDIC

Elaborado pelos autores

Representando o nosso terceiro principal parceiro econômico, a Argentina absorveu nos últimos anos de comércio internacional, aproximadamente 8% do total de nossas exportações para o mundo e cerca 7 a 8% do total de nossas importações.

É possível supor que nos anos 90, a participação do comércio brasileiro de manufaturados poderia ser menor se não contássemos com a relação com o Mercosul, em particular com a Argentina, visto serem os países do bloco importantes compradores dos manufaturados brasileiros. Essa tendência analisada por Gonçalves (2001), continua presente para referir-nos ao comércio realizado pós anos 2000, com uma forte aproximação, principalmente da Argentina, nosso principal parceiro do Mercosul. Este país é efetivamente nosso grande comprador de produtos manufaturados, essencialmente esse movimento é dado pelo setor automobilístico, como demonstrado anteriormente. Poderia ter implicações negativas para o Brasil, sua colocação de manufaturados no mercado internacional caso não contasse com a expressão das exportações para a Argentina.

Figura 2 - Exportação brasileira por fator agregado com destino a Argentina (2000-2013)



Fonte:MDIC

Elaborado pelos autores

Na Figura 2, podemos identificar a relação de comércio e uma forte tendência na absorção dos manufaturados brasileiros pelo país vizinho. Os dados nos indicam, no período de 2000-2013, do total geral de nossas exportações para a Argentina, uma média de 90% deste total é representado por produtos manufaturados, sofrendo poucas oscilações neste período. A participação de semimanufaturados e básicos juntos, como

fator agregado dos produtos exportados, representam os outros 10% restantes. Ao considerarmos o comércio com o mundo, a Argentina absorveu no ano de 2013, cerca de 20% do total de manufaturados brasileiros, lembrando que ao analisarmos o total de todos os produtos exportados pelo Brasil, a Argentina representou 8% desse total, em 2013. Afirmando novamente a potencialidade do país vizinho no intercâmbio de produtos manufaturados.

O movimento é contrário considerando as exportações brasileiras com o restante do mercado internacional. Desde o ano de 2010, ano em que ocorreu uma inversão na pauta das exportações brasileiras, com maior participação dos produtos básicos em detrimento da redução (valores percentuais) de produtos manufaturados. No ano de 2013, essa relação foi de 46,8% básicos, 37,4% manufaturados e 13,6% semimanufaturados, do total geral das exportações.

A preocupação na redução na exportação de manufaturados, com uma forte tendência para o aumento na exportação de produtos básicos (*commodities*) é o centro de algumas considerações para pesquisadores como Bresser-Pereira (2010), Oreiro e Feijó (2010), Lamoso (2010), Gonçalves (2001), entre outros.

2. A questão Paradiplomacia entre os dois países

No Brasil, a tomada de decisões na área das relações internacionais parte, em geral, dos mecanismos centrais, pouco restando para os entes não-centrais, como as unidades da federação e os municípios (CASTELO BRANCO, 2009).

Pode-se considerar como fator determinante para a implantação da prática paradiplomacia universal, em *status* de consolidação para celebrar tratados entre Estados soberanos e seu mais novo ator político, a atuação dos entes não-centrais atuantes na geopolítica mundial, desde então pré-estabelecida no cenário global. (CASTELO BRANCO, 2009). Para esclarecer o termo “entes não-centrais” representado pelos teóricos das relações internacionais, está vinculado aos não agentes estatais centrais, o termo pode ser representado mais especificamente por corporações transnacionais, organizações sindicais, organizações científicas, entre outros.

A Paradiplomacia realizada na Argentina apresenta-se mais desenvolvida que a brasileira, pois concede poderes autônomos aos seus entes não-centrais para estabelecerem relações exteriores em outras nações. (CASTELO BRANCO, 2009).

As relações diplomáticas Brasil-Argentina, consolidadas efetivamente com o tratado de Assunção em 1991 - criação do Mercosul, são relações que transcendem a este bloco na prática afirmativa de acordos bilaterais. A implantação do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL), é um exemplo de políticas para o desenvolvimento regional no âmbito do Mercosul. Outro exemplo de integração entre esses países, é a rede Mercocidades¹ englobando cidades polos dos respectivos países integrantes do Mercosul. Objetivando as relações comerciais e o processo de integração regional através de órgãos não-centrais. Promovendo a integração cultural e social, focalizando na troca de informações e experiências entre as cidades-membro bem como o desenvolvimento e, a preservação do meio ambiente.

Para os autores Banzatto e Prado (2014) “enquanto iniciativa destinada a promover a integração regional, o Mercosul possibilita uma maior interação entre os governos subnacionais, principalmente os fronteiriços, gerando um ambiente favorável às iniciativas para-diplomáticas”. Revelando fator posição geográfica, e proximidade fronteiriça numa perspectiva positiva nas relações exteriores com os países vizinhos.

Como aponta Ferrer (2007) “Una de las mas importantes contribuciones potenciales del Mercosur, al desarrollo de los países miembros, es fortalecer el papel de las empresas locales en las inversiones y el intercambio intraregional” (FERRER, 2007).

3. Considerações finais

Podemos considerar a consolidação do Mercosul como resultado de intensivas relações bilaterais no final dos anos 80, entre os dois governos de Brasil e Argentina, representados por seus respectivos chefes de Estado Alfonsín (Argentina) e Sarnei (Brasil).

Com a forte tendência de liberalização das economias nacionais em meados dos anos 90, houve uma importante consolidação comercial entre os dois países. Motivo da intensificação dessas relações, podemos constatar atualmente, a Argentina como principal parceiro econômico brasileiro no Mercosul, ocupando o terceiro lugar no *ranking das importações* totais.

Essa efetivação comercial pode ser verificada, sobretudo, no intercâmbio de produtos manufaturados, em específico no setor automobilístico, com fortes evidências

¹ A rede de Mercocidades conta atualmente com 272 cidades-membros, sendo 80 compostas de cidades brasileiras.

de comércio intra-firma de empresas estrangeiras do setor. Aproximadamente metade de nossas exportações para o país vizinho, dar-se pela troca comercial de automóveis, o mesmo é perceptível ao analisarmos as importações.

As práticas paradiplomáticas são essenciais para esse processo de efetivação bilateral. Apesar de apresenta-se em estágio inicial de maturação, o desenvolvimento da paradiplomacia pode representar ganhos político-econômicos para os dois países no processo de integração regional, no âmbito do Mercosul, inclusive em discussões que são pautadas pelo comércio intra-firma.

4. Referências Bibliográficas

AZEVEDO, André Felipe; MASSUQUETTI, Angélica . TEC no âmbito do Mercosul: teoria e prática. **Análise Econômica** (UFRGS), v. 27, p. 7-23, 2009.

BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo; PRADO, Henrique Sartori de Almeida. A Paradiplomacia, a cooperação descentralizada e a integração fronteiriça no Mercosul. **Boletim Meridiano**, Brasília, v. 15, n. 141, p.18-24, fev. 2014. Bimestral. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/index>>. Acesso em: 21 maio 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (org.). **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. (2009), **Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional**. Curitiba: Juruá.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo : Xamã, 1996.

CUNHA, André Moreira; LELIS, Marcos Tadeu Caputi; FLIGENSPAN, Flavio Benevett. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o **Brasil**. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p.463-485, jul./set. 2013. Bimestral.

FERRER, Aldo. El éxito del Mercosur posible. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 105, p.147-156, mar. 2007. Trimestral.

GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. especial, p.1-19, dez. 2001. Semestral.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Comércio exterior brasileiro: a tese da “reprimarização” da pauta exportadora e suas repercussões para mato grosso do sul. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2010. Porto Alegre. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MAGNOLI, Demétrio; ARAUJO, Regina. **Para entender o MERCOSUL**. 13^a Edição, Editora Moderna, São Paulo, 1998.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr.-jun. 2010.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.